

**CONSÓRCIO CISAMA****ATA ASSEMBLÉIA 30 DE MARÇO DE 2017 - CISAMA**

Ata da reunião da Assembleia Geral Ordinária - CISAMA

Aos trinta dias de março de dois mil e dezessete, com início às quatorze horas, no auditório da Associação dos Municípios da Região Serra-na – AMURES, situado na Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Lages, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária com os prefeitos da atual gestão, conforme lista de presença em anexo, com objetivo de tratar da seguinte pauta: 1) Relatório de atividades referente ao ano 2016 e; 2) Plano de trabalho do ano de 2017. Inicialmente a abertura da reunião foi realizada pelo Presidente do Cisama, Prefeito Tito Pereira Freitas, o qual fez a saudação aos presentes e apresentou a pauta em questão. No primeiro item da ordem do dia, foi entregue o Relatório de Atividades 2016 e colocado em discussão. Por tratar de ações desenvolvidas pela gestão de prefeitos anterior, serviu de um marco de referência para avaliarmos os programas existentes e os novos programas e projetos que serão realizados nos próximos quatro anos. O Relatório Anual de Atividades foi colocado em votação e aprovado por unanimidade dos presentes. No segundo item da pauta, foi realizada a apresentação do Plano de trabalho do CISAMA para o próximo período - março 2017 a março de 2018. Iniciou-se a apresentação dos programas do CISAMA por ordem de criação, sendo justificada a ausência da Coordenadora do Programa Desenvolver Serra Catarinense – Andressa Stefen Barbosa. O Diretor Executivo Selênio Sartori fez a apresentação do programa de Atenção a Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária – Desenvolver Serra Catarinense. O Programa visa a implantação e fortalecimento dos Serviços de Inspeção Municipal - SIM, através da legislação de criação do serviço nos municípios e de sua regulamentação referente aos produtos de origem animal. O programa iniciou com quatro veterinários e atualmente conta com 14 veterinários nos municípios, que fazem a inspeção dos produtos desde a matéria prima até a sua transformação nas agroindústrias familiares. Para além disso, é um programa de fomento, visto que oportuniza ao agricultor(a) o acesso ao serviço de inspeção, ao desenvolvimento da planta para adequação ou construção de sua agroindústria de acordo com as normas exigidas. O programa auxilia nas instruções para a obtenção da licença ambiental da agroindústria e, na busca de parcerias para capacitação e adoção de manuais de boas práticas de fabricação e na adoção de procedimentos operacionais. Visando criar uma identidade para os produtos regionais e a legalização dos produtos no que se refere ao código do consumidor, o Cisama desenvolve o rótulo para os produtos produzidos com a marca® Sabor Serrano. No total, o programa em questão fornece supervisão e acompanhamento para aproximadamente 100 agroindústrias. O programa visa a adesão conjunta ao Serviço de Inspeção Brasileiro (SISBI) dos 18 serviços da área de abrangência do Consórcio. Para tanto foram preparados três SIM's e três estabelecimentos para serem acompanhados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA: Abatedouro de Frangos Caipira do município de São José do Cerrito; Embutidos Menegazzo do município de Anita Garibaldi e a Queijaria Artesanal localizada no município de São Joaquim. Portanto, ressalta-se a importância da conquista da equivalência do SIM ao SIF, possibilitando a comercialização dos produtos com inspeção municipal em todo o território nacional. Para tanto a padronização na atuação dos serviços através da capacitação dos médicos veterinários nas reuniões da Câmara Temática; a adoção de registros e procedimentos junto as agroindústrias possibilitando a inspeção e a comercialização dos produtos agroindustrializados. Na auditoria documental realizada pelo MAPA a legislação de criação dos serviços não foi considerada equivalente por não prever sanções e penalidades, o que está sendo resolvido junto aos Municípios. Para o Plano de Trabalho de 2017, está previsto organizar uma rede de agroindústrias que possibilite compras e vendas em conjunto; utilização de uma central em no município de Lages para distribuição de produtos da merenda escolar, convênios do ministério com a agricultura, (atualmente, o CISAMA está acompanhando convênios de mais de um milhão de reais através da Epagri para legalização do Queijo Artesanal Serrano). Ato contínuo apresentou o Projeto de Controle Populacional de Cães e Gatos, que realizou em 2016 três reuniões que resultaram em um modelo de legislação padrão para os municípios. O estabelecimento de uma lei municipal é o primeiro pilar para atuarmos nesse tema. O segundo pilar é a responsabilização dos proprietários pelos seus respectivos animais, o que ocorrerá através do cadastro dos animais (microchipagem). O terceiro pilar é a adoção com a realização de campanhas e parcerias com organizações de defesa e proteção dos animais. O quarto é a educação ambiental junto à população para as questões relacionadas aos cuidados e proteção aos animais. O quinto pilar é a realização de campanhas e procedimentos continuados de controle populacional de cães e gatos, sendo a castração por cirurgia, acordada entre ONGs, conselho de profissionais e demais instituições que atuam na questão como o melhor método. Após, a palavra foi passada para a Coordenadora do Programa de Saneamento Básico, Katynara Goedert, que apresentou a situação atual do programa de resíduos sólidos e uma prévia das metas para atender o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS. Foram citadas as Centrais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – GCRS que, até o momento foram realizados dois projetos, onde os recursos para ambos já foram aprovados. Um dos projetos é para o Setor Sudoeste (abrangendo os municípios de Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi, Capão Alto e Cerro Negro), o qual está sendo finalizado pelo setor de engenharia e o projeto elétrico que já foi licitado e está em fase de correção. Porém, segundo a Caixa Econômica Federal – CEF, a CGRS em questão ainda apresenta 23 pendências de documentação para então poder ocorrer a licitação da obra. No mesmo modelo do projeto do setor Sudoeste, no dia 28 de março de 2017 foi cadastrada uma emenda parlamentar indicada pela deputada Carmen Zanotto, no Ministério das Cidades no valor de um milhão de reais onde será realizado outro projeto para o Setor Centro-Norte (que abrange os municípios de Otacílio Costa, Bocaina do Sul e Palmeira). Nos demais setores (Noroeste, Leste e Central) ainda não foram realizados os respectivos projetos. Na oportunidade Selênio ressalta que das cinco Centrais previstas, uma já será licitada e a outra já está com recursos indicados por emenda. Katynara comenta que nos projetos estão previstos além do barracão, os equipamentos para a realização do trabalho de triagem que incluem esteira mecânica, prensa, balança, talha elétrica, equipamentos para escritório entre outros, e, que o Setor Centro-Norte ainda foi contemplado com um caminhão de carroceria livre para a realização da coleta seletiva. Em conjunto com o projeto já citado, o CISAMA está tentando dar encaminhamento ao projeto de compostagem, que prevê que em cada setor já citado tenha um pátio de compostagem, para a destinação dos materiais orgânicos coletados e que possam também vir junto com os materiais reciclados, para ser realizado o reaproveitamento desse produto na forma de adubo; esse projeto, não teve desenvolvimento até o presente momento, portanto, é uma atividade a ser realizado no ano de 2017. Em consequência das atividades citadas, o Consórcio visa incentivar a criação de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis, juntamente com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/Uniplac, com o objetivo para dar encaminhamento e gerenciar as atividades realizadas nas Centrais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e nos Pátios de Compostagem, já que todos esses projetos estão sendo realizados através de recursos públicos e, dessa forma não pode-se privatizar a realização dessas atividades. Outra justificativa para apoiar essa forma de gestão, é estar em conformidade com a Lei 12.305/2010 que fala sobre a inclusão de catadores no processo de gestão de resíduos, gerando trabalho e renda. O prefeito Celso Rogério Alves Ribeiro do município de Correia Pinto questionou sobre uma oficialização do Ministério Público aos municípios e sobre um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC assinado nas gestões anteriores referente a questão dos resíduos sólidos estarem relacionados

aos projetos citados. Então Selênio Sartori explicou que em consequência a esse TAC todos os 17 municípios do PIGIRS estão em regularidade com a Lei 12.305/2010 pois, na época foram prorrogado os prazos para o cumprimento da Lei, que exigia a elaboração do Plano de Resíduos Sólidos, o qual foi realizado através de uma recurso de 250 mil reais do Ministério Público e 200 mil da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e, que o TAC estará encerrado assim que todos os municípios aprovem a Política Municipal de Resíduos Sólidos e a Lei de Adesão ao Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Em consequência desse encerramento, o MP vai se ater às metas do Plano, motivo esse que justifica os trabalhos em andamento e ressalta ainda a importância da colaboração dos municípios para a realização dessas, a exemplo do município de Urubici que está adquirindo um caminhão destinado a coleta de resíduos sólidos. Outra meta é a revisão das taxas de coleta de lixo e outros tributos relacionados ao saneamento com o objetivo dos municípios terem arrecadação para implementar as metas do plano. Selênio também comenta sobre o TAC Saneamento firmado em 2009, que este está sob responsabilidade do CISAMA, o qual está disponível para ajudar os municípios a responderem qualquer questionamento, não devendo contratar nenhuma empresa para tal atividade. Katynara aproveita a oportunidade e lembra da importância da revisão dos Planos de Saneamento Básico dos municípios, já que estes estão desatualizados pois, foram elaborados no ano de 2009. Outra proposta para esse ano é a implementação do gerenciamento do sistema de abastecimento de águas nas comunidades rurais, onde em parceria com a UDESC será realizado o monitoramento da qualidade das águas em comunidades rurais e as análises necessárias quando estas águas encontrarem-se fora dos parâmetros de potabilidade de acordo com a Portaria 2.914 do Ministério da Saúde. Outro projeto, também em parceria com a UDESC, é o programa de educação ambiental, que visa capacitar catadores e professores, para que estes possam trabalhar de forma adequada e repassar a população como separar os materiais recicláveis dos não recicláveis. Em continuidade ao trabalho já realizado, deverá ser orientado tecnicamente o Sistema de Abastecimento da autarquia SASB, que é a autarquia criada no município de Rio Rufino, a qual precisa de orientações, uma vez que não há profissional habilitado no município e, dessa forma servir de modelo para outros municípios, os quais já levantaram interesse em conhecer a autarquia para replicar o modelo, visto que, esta é uma boa alternativa para os pequenos municípios, os quais não despertam interesse por parte das concessionárias de água em administrar tal setor. Por fim, tratou-se da realização da semana do meio ambiente de 2017, que é um evento que vem acontecendo desde 2014 com o apoio do CISAMA – FUNSERRA. Sobre o programa de Assistência Social e Direitos Humanos, o coordenador do programa Lauro Francisco dos Santos Filho, comentou sobre a existência de 18 mil famílias cadastradas como pobres e extremamente pobres na região serrana, e comentou brevemente sobre a situação em cada município. Destacou a importância do uso do CADÚNICO para a tomada de decisão nas ações dos municípios com o objetivo de mudar estes índices de pobreza e extrema pobreza da região. Destacou o trabalho de gestão compartilhada e assessoria à gestão dos abrigos institucionais para crianças e adolescentes. Ações estas voltadas à capacitação de monitores e educadores de abrigos, projeto político pedagógico entre outras ações. Destacou a importância dos prefeitos autorizarem os técnicos dos municípios a participar no encontro de Itá que será realizado no mês de abril, tratando de assuntos sobre abrigamento familiar. E finalizando colocou-se à disposição para maiores informações e orientações aos municípios na questão da assistência social. Na sequência o Diretor relatou a situação do programa de regularização de cascalheiras, que resultou em um Termo de Ajustamento de Condutas junto ao MP, FATMA, Polícia Ambiental, Municípios e o CISAMA. O TAC tem possibilitado os municípios terem acesso ao minério com responsabilidade ambiental, devendo ser regularizada ao menos uma cascalheira por município até maio de 2017 e duas ou tantas quantas o município for utilizar a partir de maio de 2010. O programa tem um custo mensal de R\$ 368,06 por município, tendo como responsável o Engenheiro de Minas Rogério Pereira Lopes. Outro programa apresentado foi o Saúde Fiscal, já aprovado no orçamento do ano passado e presente no contrato de rateio, atualmente o mesmo encontra-se dependendo apenas da aprovação da alteração do estatuto do CISAMA. Finalmente foi discutida implementação do novo programa chamado Educação Municipal que visa a colaboração do CISAMA na gestão da educação dos municípios. A proposta foi apresentada pelo Professor Dr. Carlos Eduardo Moreira da Silva em duas reuniões aos secretários de educação. Trata-se de uma metodologia de planejamento estratégico participativo da educação municipal que resulta no plano de gestão anual da educação. Será desenvolvida em conjunto, somando com os gestores de educação, assim como Lauro soma com os gestores da assistência social, Katynara ajuda os gestores da área do meio ambiente e Andressa com os técnicos do sistema de inspeção municipal, sendo esta a perspectiva do CISAMA, o de dar somar competências técnicas aos municípios no desenvolvimento de programas e projetos de interesse coletivo. Na oportunidade duas secretárias municipais de educação, de Capão alto e São José do Cerrito e o Gerente Regional de Educação de São Joaquim vieram defender a aprovação do programa de educação municipal pelos prefeitos. A Secretária de Educação de São José do Cerrito e coordenadora do Fórum de Secretários de Educação Ana Maria Marcon dos Santos fez a defesa do programa de educação municipal na perspectiva do fortalecimento do trabalho dos gestores através do planejamento, reorganizando a ação em nível de região desde a revisão da legislação da educação, seu diagnóstico e o planejamento anual de metas. O programa trará maior eficiência na utilização dos recursos da educação e economia aos cofres públicos. Solicitou aos prefeitos que votem pela aprovação deste programa, para que possa ser melhorada a gestão da educação nos municípios através do planejamento. Em seguida, Murilo gerente regional de educação de São Joaquim pediu a palavra, e comentou que hoje “nossa região junto com a região de Lages” são a últimas colocadas nos índices da educação básica, o que é muito grave, e por isso conta com esse programa, que se baseia no planejamento estratégico para que a médio e a longo prazo, possa ser levado para os professores, e consequentemente para o nosso público alvo, que são os alunos, uma boa educação. A Gerência Regional esteve buscando a parceria com a Uniplac e hoje com o CISAMA para implantação deste importante programa que visa a excelência no ensino. A Secretária de Educação de Capão Alto, Rita Campos saudou o Presidente do CISAMA e os demais presentes e falou que o objetivo maior do programa são as ações conjuntas, que irão resultar na melhoria da educação Municipal. Selênio falou sobre o custo do programa, que será de R\$ 447,69 por mês, se aprovado o programa iniciará no dia 02 de abril de 2017. O prefeito de Bom Retiro questionou se este seria o valor apenas para a elaboração do projeto, e se teria mais algum adicional, sendo respondido que este seria o valor integral, prevendo coordenador do programa em tempo integral e todos os deslocamentos aos municípios, a realização de seminários municipais, e regional. O Prefeito de Campo Belo do Sul Tadeu Martins, destacou que mesmo possuindo um programa com a cooperação do setor privado é favorável à implantação do Programa Educação Municipal pelo CISAMA. O Presidente do consórcio, Prefeito Tito Pereira Freitas defendeu a aprovação do Programa Educação Municipal pelos colegas e colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade dos presentes. O Presidente agradeceu a confiança dos colegas e destacou que quer fazer uma gestão de resultados frente ao CISAMA e, que se os programas e projetos não trouxerem resultados aos Municípios, o CISAMA não tem razão de existir. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos participantes da reunião, conforme relação de presenças abaixo.

Tito Pereira Freitas  
Prefeito de Capão Alto

Celso Rogério Alves Ribeiro  
Prefeito de Correia Pinto

Presidente do CISAMA

Fernanda Souza Córdova, Prefeita de Palmeira	Luiz Paulo Farias Prefeito de Ponte Alta
Antônio Zilli Prefeito de Urubici	Evandro Frigo Pereira Prefeito de Urupema
José Tadeu Martins de Oliveira Prefeito de Campo Belo do Sul	Juliano Polese Vice-prefeito de Lages
Arno Tadeu Marian Prefeito de São José do Cerrito	Vimar José Neckel Prefeito de Bom Retiro
Thiago Costa Prefeito de Rio Rufino	Giovani Nunes Prefeito de São Joaquim
Ademilson Conrado Prefeito de Cerro Negro	Lauro Francisco dos Santos Filho Coordenador Assistência Social CISAMA
Adelar José de Moraes Vice-Prefeito de Cerro Negro	Selênio Sartori Diretor Executivo do CISAMA
Iraci Vieira de Souza Secretária Executiva da AMURES	Katynara Goedert Coordenadora Saneamento Básico do CISAMA
Neide Rodrigues da Silva Administradora do CISAMA	Pedro Geovane da Silva Coordenador Contábil

## CIAPS

### ATA DA 12ª ASSEMBLEIA GERAL (ORDINÁRIA) DO CIAPS

ATA DA 12ª ASSEMBLEIA GERAL (ORDINARIA) DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e dezessete (23/05/2017), às oito horas e trinta minutos, nas instalações do CIAPS (Rua Quintino Bocaiúva, 542, centro, Apiúna – SC), reuniram-se os Senhores José Gerson Gonçalves - Prefeito do Município de Apiúna, Lairton Antônio Possamai - Prefeito do Município de Acurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, Marcelo Doutel da Silva - Secretário de Saúde de Apiúna, Enilson Erley de Freitas - Secretário de Saúde de Acurra, Odair Colaço - Secretário de Saúde de Rodeio, Fredy Richard Eichstaedt - Coordenador do CIAPS, Camila Alessandra Costa - Auxiliar Administrativo do CIAPS, Roseli da Silva Peixe - Assistente Social do CIAPS, Gustavo Pintarelli - Enfermeiro do CIAPS e André Ronchetti - Médico Psiquiatra do CIAPS, para Assembleia Geral Ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da leitura da ata anterior; 2) Apresentação das atividades e cronograma do CIAPS; 3 – Assuntos diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Paulo Roberto Weiss, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. No item 2 da Ordem do Dia - apresentação das atividades e cronograma do CIAPS – foi dado a palavra ao Secretário de Saúde do município de Apiúna que questiona sobre o funcionamento entre os municípios consorciados do transporte de pacientes do CIAPS com destino a internação no Hospital Santa Luzia de Ponte Serrada/SC e Hospital São Jorge de Irani/SC, sendo que o Coordenador Executivo informa que o transporte deve ser feito com os veículos da Secretaria de Saúde de cada município, pois o CIAPS não possui motorista e está abaixo da equipe mínima. O Secretário de Saúde de Apiúna questiona quantos funcionários são necessários para equipe mínima, sendo que o Senhor Fredy Richard Eichstaedt informa da existência de uma portaria que trata desta questão do quadro de pessoal mínimo para cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde para cadastramento do Centro Regional de Atenção Psicossocial, na modalidade I, operado pelo Consórcio Público. A Auxiliar de Serviços Administrativos do CIAPS, Camila Alessandra Costa, informa que de acordo com a Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, são necessários cinco (05) profissionais de nível superior e quatro (04) colaboradores de nível médio, completando o total de nove (09) funcionários, sendo que o CIAPS está com apenas cinco (05) servidores, sendo quatro de nível superior e um de nível médio. Neste aspecto, o Presidente do CIAPS diz que após finalizado o concurso público que está em andamento será chamado de imediato o Auxiliar de Serviços Gerais e que os demais funcionários para complementar a equipe mínima apenas serão convocados após o início do repasse de recursos do Governo Federal. Usando da palavra, a Assistente Social do CIAPS questiona sobre o acúmulo de funções do Coordenador Executivo, referindo-se as práticas de acupuntura, psicologia e coordenação do consorcio. Além disso, questiona aos Secretários de Saúde e Prefeitos o que fazer quando o Coordenador não atende as ligações ou está em atestado médico e quem seria o responsável no consorcio nestes períodos. O Secretário de Saúde Apiúna se manifesta colocando-se à disposição do CIAPS quando o Coordenador não estiver no consorcio. A seguir, o Coordenador do CIAPS pediu permissão aos Prefeitos para apresentar os resultados do CIAPS nas Câmaras de vereadores dos municípios consorciados, sendo a proposta acolhida por todos os senhores Prefeitos, que deliberam sua aceitação por unanimidade. Em manifestação, o Secretário de Saúde de Rodeio orientou que uma forma de avaliar o serviço do CIAPS seria através de metas. Por sua vez, o Secretário de Saúde de Acurra manifestou o interesse nas reuniões mensais por proporcionar alinhamento entre a equipe do CIAPS e os Secretários de Saúde. A Assistente Social do CIAPS solicita que os municípios de Apiúna e Rodeio venham procurar o serviço para realizar o Matriciamento mensal com o CIAPS, donde o Secretário de Saúde de Apiúna pede informações sobre como é realizado o Matriciamento. Intervindo, o Coordenador Executivo do CIAPS explica que o Matriciamento serve para melhorar a articulação entre os profissionais da Atenção Básica e do CIAPS, discutir os casos de saúde mental e criar estratégias para o melhor tratamento. O Secretário de Saúde de Rodeio solicita ao CIAPS tolerância quanto